

---

V CBEO - Curitiba



V CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS  
Curitiba-PR - Brasil

---

A MOBILIZAÇÃO DO SETOR CULTURAL EM SANTA CATARINA ATRAVÉS DA TEORIA DO  
CONFRONTO POLÍTICO

**Clenia De Mattia** (UFSC) - [cleniademattia@gmail.com](mailto:cleniademattia@gmail.com)

*Doutoranda em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Mestre em Administração pela UFSC e Graduada em Administração Pública pela Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC*

## 1 - Introdução

Este trabalho faz parte de uma pesquisa mais ampla de doutorado cujo objetivo é entender como atores da área da cultura se organizaram para participar e intervir nas políticas culturais em Santa Catarina a partir de 1998. Para tal, antes ainda de discutir como eles se organizaram, foi preciso refletir sobre uma lente teórica que auxiliasse a reconstituir a história dessas mobilizações. A teoria utilizada é a teoria do confronto político (TCP) cujos expoentes são Charles Tilly, Sidney Tarrow e Douglas MacAdam.

O confronto político refere-se às reivindicações que as pessoas fazem, de forma coletiva, a outras pessoas cujos interesses seriam afetados se tais reivindicações fossem atendidas (MACADAM, TARROW E TILLY, 2009). Esta teoria está ancorada numa abordagem relacional, segundo a qual a ação coletiva se configura na relação com uma autoridade, em geral, o Estado (ALONSO, 2017). Assim, a escolha desta teoria se justifica pela realidade do objeto empírico em análise, já que as ações dos atores da cultura em Santa Catarina quanto às questões de políticas e gestão cultural são essencialmente situações de confronto político, direcionadas ao Estado. Além disso, a TCP dá especial importância à compreensão histórica de movimentos e lutas sociais:

A história ajuda na medida em que explica porque os movimentos sociais incorporaram algumas características cruciais (por exemplo, a marcha disciplinada pelas ruas) que os distinguiram de outras formas de política. Ajuda também por identificar mudanças significativas no funcionamento dos movimentos sociais (por exemplo, o surgimento de funcionários profissionais bem remunerados e organizações especializadas na busca da realização dos programas dos movimentos sociais), alertando-nos assim para a possibilidade de novas mudanças no futuro. A história ajuda, finalmente, porque chama a atenção para as condições políticas cambiantes que tornam possíveis os movimentos sociais (TILLY, 2010, p.136).

Charles Tilly é conhecido por sua capacidade de entrelaçar a história com a sociologia (ALONSO, 2008; BRINGEL, 2012; GOHN 2014), segundo o autor, em resposta à entrevista dada a Alonso e Guimarães (2004), o contato com Barrington Moore, Pitirim Sorokin, Samuel Beer, e George Homans encorajaram-no a realizar análises históricas sistemáticas. Assim, tanto a abordagem do realismo relacional quanto a perspectiva histórica trazida pela TCP contribuem para analisar tais

organizações, contextualizando no tempo e espaço, já que "quando e onde um processo social se desenrola afeta a forma como ele se desenrola" (TARROW, 2008, p.227).

O objetivo na tese, ainda em andamento, é analisar como estes atores da cultura se organizaram desde 1998 a 2018, para participar e intervir nas políticas culturais em Santa Catarina. De forma mais estrita, este artigo tem como objetivo discutir como a teoria do confronto político pode contribuir para pesquisas que analisam reivindicações de movimentos e lutas sociais numa perspectiva histórica, buscando compreender sua organização. Para tal, neste artigo buscamos reconstituir a história da luta<sup>1</sup> dos atores culturais para intervir e participar das políticas culturais em Santa Catarina durante os anos de 1998 a 2008. Isso é feito utilizando-se sobretudo fontes primárias como panfletos, manifestos, discursos, notícias de jornais, atas de reuniões. Estes documentos fazem parte do acervo particular de uma das pessoas que teve papel ativo no movimento em questão. Outros documentos – como atas de reuniões do Conselho de Cultura, atas de audiência pública; projetos de leis e leis; processos judiciais – encontrei através dos meios oficiais do Estado como site do Conselho Estadual de Cultura, bem como seu arquivo de atas; site da Assembleia Legislativa e site do Tribunal de Contas do Estado. Recorri ainda a textos acadêmicos que se aproximam do assunto. A não ser quando indicado de outro modo, todas as informações da seção três deste artigo foram obtidas através destas fontes.

Este texto está dividido em quatro partes principais, (1) a introdução; (2) uma explicação sobre a Teoria do Confronto Político, enfatizando seus elementos constitutivos; (3) a reconstituição histórica da luta pela participação nas políticas culturais catarinenses entre os anos 1998 e 2008 e, por fim; (4) a conclusão.

## **2 - Elementos da Teoria do Confronto Político**

A teoria do confronto político constitui-se por alguns conceitos elementares, como o ciclo de protestos, estruturas de mobilização, as oportunidades políticas, performances e repertórios. Trataremos dos três últimos por ter sido os elementos utilizados neste trabalho.

---

<sup>1</sup> Em seu significado amplo que, conforme dicionário Aurélio significa: Esforçar-se, empenhar-se; oferecer resistência a; opor-se; questionar, discutir.

As **oportunidades políticas** são a ideia mais intrínseca ao debate do confronto político. Isso porque, segundo a teoria do confronto político, as ações coletivas de confronto ocorrem a partir da percepção, pelos insurgentes, de elementos que afetam suas expectativas quanto ao fracasso ou sucesso da ação (TARROW, 2009). Tais elementos são chamados de oportunidades políticas. Assim, independente dos motivos que levam as pessoas a se mobilizarem, a possibilidade de ação ocorre a partir das oportunidades. A explicação de Tarrow (2009) se dá a partir da visão dos estudiosos sobre as mudanças advindas com os séculos XVIII e XIX.

Indignados com os excessos da turba e com os deslocamentos da industrialização, os primeiros estudiosos viram o confronto político como expressão da mentalidade da multidão, da anomia e da privação. Mas até mesmo um exame superficial da histórica moderna mostra que o surgimento de confrontos não pode ser derivado da privação sofrida pelas pessoas ou da desorganização de suas sociedades. Essas pré-condições são muito mais duradouras do que os movimentos que elas favorecem. O que varia muito no tempo e no espaço são os níveis e tipos de oportunidades com que as pessoas se deparam, as restrições em sua liberdade de ação e a percepção de ameaças a seus interesses e ações. (TARROW, 2009, p.99).

Outro exemplo citado por Tarrow (2009) para defender a tese de que são as oportunidades que possibilitam a ação é o da depressão dos anos 1930. Ele argumenta que houve grandes insurgências dos trabalhadores na França e nos Estados Unidos, diferente do que ocorreu na Alemanha e Inglaterra. Para o autor, não é possível explicar essas diferenças supondo que as queixas foram maiores nos dois primeiros países citados e menores nos dois últimos. A ação de confronto na França e nos Estados Unidos se deu em maior grau devido à “abertura de oportunidades políticas e o relaxamento da repressão aos trabalhadores realizados pelo Popular Front francês e pelo New Deal americano” (p.102), já os trabalhadores ingleses se enfraqueceram durante a depressão e os alemães foram brutalmente reprimidos pelos nazistas.

Mas Tarrow (2009) ressalta que oportunidades não irão por si só produzir ação política sustentada, é preciso que os desafiantes lancem mãos de repertórios de confrontos.

A ideia de **Repertórios** é uma das grandes contribuições de Charles Tilly na teoria do confronto político. Para explicar este assunto, valemo-nos dos estudos de Alonso (2012) que analisou o desenvolvimento deste conceito em toda a trajetória de Tilly, desde suas primeiras publicações sobre o assunto. A autora explica que nos anos 1970, quando Tilly pegou emprestado da música a noção de “repertório”, ele o usa para incluir abordagem cultural na teoria do processo político que era predominantemente estruturalista. Assim, a ideia de repertórios foi anunciada por Tilly como um conjunto de formas de ação. Nos anos 1990, Tilly apoiou-se numa perspectiva pragmática, definindo **repertórios de confronto político** como “um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e postas em ação por meio de um processo relativamente deliberado de escolha. Repertórios são criações culturais aprendidas, mas eles não descendem de filosofia abstrata ou tomam forma como resultado da propaganda política; eles emergem da luta. [...] Em qualquer ponto particular da história, contudo, elas [as pessoas] aprendem apenas um pequeno número de maneiras alternativas de agir coletivamente” (TILLY, 1995 Apud, ALONSO, 2012, p.26). Amadurecendo sua reflexão, Tilly adota, agora do teatro, a noção de performances. Assim, se nos primeiros textos ele estava preocupado em verificar padrões de formas de ação em diferentes locais e circunstâncias, nos últimos textos ele usa repertório em conflitos políticos para verificar como agentes o manejam em suas “performances” (ALONSO, 2012, p.28). **Performance:** é a unidade mínima do repertório. Suplanta a “rotina”. A ideia de performance acentua criatividade e improviso, ao invés de repetição. Essa reconfiguração teórica fornece ao esquema estruturalista tillyano, um pouco mais de espaço à ação. Gohn (1997) explica a forma como Tilly trabalhou o conceito de repertório:

No século XVIII as pessoas aprenderam a fazer greves, a invadir os campos e os locais de trabalho, a realizar protestos por meio de encenações teatrais nas ruas, a queimar publicamente imagens fictícias de seus oponentes etc. Estas ações se expressaram nas rebeliões por elementos, invasões no campo contra os coletores de impostos etc. [...]. Já o século XIX apresentou um repertório de ações coletivas totalmente diferentes na Europa. As formas mais visíveis foram as demonstrações em grandes eventos de protesto, a greve, a competição eleitoral, em ações mais urbanas que rurais. Os participantes se articularam em associações de interesses, dirigiu suas mensagens para públicos específicos e utilizavam muito a mensagem escrita, via panfletos, abaixo-assinados, porta-estandartes, emblemas e insígnias. (GOHN, 1997, p.67).

As pesquisas de Tilly mostram que as mudanças do tipo de repertórios do século XVIII e do século XIX também tem a ver com os alvos do confronto, que deixa de ser alvos privados e locais (moleiros, mercadores de grãos, coletores de impostos...) para reivindicações que miravam o parlamento (TARROW, 2009). Em sua pesquisa sobre o movimento abolicionista brasileiro, Alonso (2015, p.375) trata repertório político de confronto, com base em Tilly, como “um conjunto de maneiras de fazer políticas típicas de dado período histórico”.

Todos esses elementos do confronto político (oportunidade política, repertório e performance) auxiliam o pesquisador fornecendo um guia no momento da coleta de dados, pois auxilia na busca aos aspectos relacionais da mobilização. Contribui também para a análise dos dados ao possibilitar visualizar as formas de ação.

Importante destacar que confronto político compreende reivindicações coletivas às autoridades políticas. Tais reivindicações não se restringem a atos violentos. Desse modo, súplicas humildes e petições podem ser caracterizadas como reivindicações do confronto político (MACADAM, TARROW E TILLY, 2009). Esse tipo de reivindicações como não poderia deixar de ser, são bastante usuais na democracia representativa moderna.

### **3 - O confronto político dos atores da área da cultura em SC de 1998 a 2006**

Dois foram os motivos que parecem ter sido relevantes para a organização no Estado de SC dos atores da área da cultura para fazer frente às políticas culturais. Um deles foi a criação de uma lei de incentivo à cultura e o outro foi a renovação das cadeiras do CEC, que passa ter um papel mais ativo, embora ainda de caráter consultivo, ambos os acontecimentos em 1998. Estas duas iniciativas motivaram artistas, produtores e militantes de diversos segmentos artístico-culturais a se organizar, criando o que eles chamaram Fórum de Artistas e Produtores Culturais de Florianópolis. Assim, embora com o projeto “Cultura Viva” lançado em 1995, grupos setoriais nas áreas de teatro, dança, música, vídeo, museus e restauração de patrimônio tenham começado a se organizar, com vistas à elaboração de projetos para a conquista de prêmios em suas áreas (OLIVEIRA, 2007), parece ter sido apenas em 1998 que houve a organização num grupo único e mais abrangente, acoplando os diversos segmentos de cultura.

O ano de 1998 foi o último ano do governo de Paulo Afonso, quando houve a promulgação da Lei 10.929 de 1998 que institui o Sistema Estadual de Incentivo à Cultura (SEIC) (**oportunidade política**), com o objetivo de estimular o financiamento de projetos culturais especialmente por parte de contribuintes do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços). Essa lei, como dito no parágrafo anterior, foi um dos motivadores para criação do Fórum de Artistas e Produtores Culturais de Florianópolis (**repertório**). O SEIC constituía-se do mecenato que se destinava a financiar projetos culturais apresentados pelos produtores ou agentes que se caracterizem como pessoas físicas ou jurídicas de direito privado; e do Fundo Estadual de Incentivo à Cultura que se destinava ao financiamento de projetos culturais apresentados pelos órgãos públicos de cultura das administrações municipais e estadual.

Embora o SEIC tenha sido criado e regulamentado em 1998, é apenas em 1999, quando o então eleito governador Esperidião Amin definiu a primeira renúncia fiscal, que o SEIC começa a funcionar (No primeiro ano de funcionamento do SEIC, injetou mais de R\$ 3 milhões na produção artística). Isso faz com que o Conselho Estadual de Cultura (CEC) que em 1996 havia perdido seu caráter deliberativo (caráter este que tinha em 1993), passe a ter uma atuação mais ativa. Já que, conforme conta Oliveira (2007, p.105), o CEC

Até a ativação do SEIC vinha exercendo uma atuação muito tímida, limitada à sugestão de prêmios e comendas. A partir de então, ele passou a ter uma interferência mais significativa nas políticas culturais, uma vez que ficou responsável pela definição de critérios de aprovação dos projetos, podendo com isto determinar uma linha de atuação do investimento público.

Este contexto, que é uma oportunidade política percebida pelos atores da cultura, fez com que houvesse uma mobilização por parte da comunidade cultural. Conforme explica uma participante na 1ª Desconferência de Cultura de SC, ocorrida em 2016.

A produção artística já era intensa, mas o caráter ainda era amador não no sentido de produção, mas de realmente viver como trabalho. A profissionalização do setor e a criação das leis de incentivo fizeram surgir o Fórum para discutir politicamente as políticas públicas pensando no fomento de editais, sendo o Fórum da grande Florianópolis, mas transcendendo a geografia, pois tudo que era feito e discutido aqui reverberava no Estado todo.

Ela refere-se ao Fórum de artistas e produtores culturais de Florianópolis, que como as discussões e ações transcendiam o município, passa a ser chamado apenas Fórum de artistas e alguns anos mais tarde, em 2005, é reativado como Frente em Defesa da Cultura Catarinense.

O Fórum de artistas e produtores culturais de Florianópolis teve intensa mobilização, com reuniões periódicas, no ano 2000, porém, mais relacionadas a assuntos que diziam respeito a Florianópolis. Por exemplo, insatisfação com as políticas culturais da Fundação Franklin Cascaes (fundação de cultura do município). Eles Escreveram uma carta que foi distribuída na ocasião da abertura da 8º mostra de dança de Florianópolis. O conteúdo mostrava a insatisfação e citava o caso do grupo de dança Cena 11, que tem apresentações marcadas em alguns países, mas não foi convidado a se apresentar em Florianópolis.

Além disso, diversos ofícios foram enviados para autoridades do setor e mesmo para a prefeita, como no exemplo abaixo.

Florianópolis, 06 de Julho de 2000.

Exma. Sra. Ângela Regina Heizen Amin Helou  
DD. Prefeita Municipal  
Nesta

Prezada Prefeita,

Vimos por meio desta apresentar-lhe o Fórum de Artistas e Produtores Culturais de Florianópolis, criado para discutir amplamente as políticas culturais do Estado e do Município. Trata-se de um movimento democrático e não partidário que integra pessoas e instituições que estão à frente da produção artística nas áreas de teatro, dança, música, letras, cinema, vídeo e artes plásticas. Temos como principal objetivo colaborar com a política pública cultural do Estado e do Município.

Apesar do nome do Fórum citar Florianópolis, como destacado no ofício, o grupo se interessava por políticas culturais também em nível de estado.

No ano de 2001 é criado o Prêmio Cinemateca de Cinema (R\$1,1 milhão financiaram oito filmes), que mais tarde passou a se chamar Prêmio Catarinense de Cinema. Neste ano, parece não ter havido grandes mobilizações por parte dos atores culturais. Quando houve reunião do Fórum, discutiu-se basicamente situações que abrangiam apenas o município de Florianópolis.

No ano de 2002 houve a segunda edição do Prêmio Cinemateca de Cinema, com R\$1,43 milhão disponibilizados, no entanto, governo Amin não pagou a segunda parcela do prêmio, deixando para o governo seguinte. Em agosto do mesmo ano, foi aprovada na ALESC a lei 12.387 que altera a lei nº 10.292 de 1998 agregando os esportes no Sistema Estadual de Incentivo à Cultura. Em Setembro de 2002 na ocasião do Seminário “Diálogo + Cultura” ocorrido na sala de cinema do CIC (**oportunidade política**), nos dias 04 e 05 de setembro de 2002, houve intensa discussão sobre a nova lei, originando um manifesto (**repertório**). Este manifesto concretizou-se numa “Carta aberta à população de Santa Catarina em defesa do Sistema Estadual de Incentivo à Cultura” (**repertório**) e recebeu adesão durante três semanas totalizando 306 assinaturas de “artistas, profissionais e interessados na questão cultural”, representantes de 23 municípios catarinenses. Na carta consta o desapontamento da comunidade cultural, pois a promulgação da lei em questão:

Viola os direitos conquistados pela classe artística, ao diminuir os recursos da renúncia fiscal destinados a Projetos Culturais do Estado de Santa Catarina, desviando-os para projetos esportivos [...]. A mudança da lei regulamenta uma divisão dos recursos antes somente destinados à cultura sem aumentar o percentual da renúncia fiscal.

Eles frisam ainda que “Nenhuma das outras Leis de Incentivos à Cultura (municipais, estaduais e federal) existentes no país, abarcam a área de esportes.”. Neste documento também é questionado “a falta de consulta da Assembleia legislativa à classe artística durante o processo de elaboração desta Lei”. Por fim, destacam que esta carta aberta quer “esclarecer a sociedade sobre os prejuízos que esta nova Lei vai causar à cultura catarinense, solicitando que todos os meios sejam articulados para que se impeça que a cultura sofra este retrocesso nas conquistas já alcançadas”. Esta carta com as assinaturas é usada como reivindicação às autoridades no ano seguinte.

Em 2003 inicia-se novo governo no estado, quando foi eleito o senhor Luiz Henrique da Silveira. Já no início do mandato, em 30 de janeiro de 2003, foi aprovada a lei complementar nº 243/2003 que tratava sobre a estrutura administrativa do poder executivo no estado. Esta lei cria, no art. 26, a Secretaria de Organização do Lazer (SOL) (**oportunidade política**) com a competência de desenvolver as atividades nas áreas de turismo, cultura, desporto e lazer. Tratava-se, portanto, de um órgão voltado para implantação de uma política do lazer.

Em fevereiro do mesmo ano, o diretor da FCC, Edson Machado, recebeu seis produtores culturais que apresentaram reivindicações da classe artística (**repertório**). O diretor apresentou ao grupo o organograma da SOL. Para o grupo, é um erro a administração, numa mesma secretaria, das áreas de turismo, esporte e cultura: “Ficamos decepcionados e preocupados com isso. O melhor meio de fazer o turismo e a cultura interagirem não é reuni-los em uma só secretaria, é dar-lhes individualidade para que ambas cresçam.” (BIANCHINI, 2003).

Além disso, o grupo apresentou algumas de suas reivindicações como o desejo de a classe artística ser consultada antes das decisões já tomadas: “O problema é que as pessoas que trabalham diretamente com a área nunca são consultadas antes dessas decisões.” (BIANCHINI, 2003). O grupo pede ainda por uma olhar mais amplos para as políticas culturais: “Cada um de nós tem um perfil diferente de atuação e isso enriquece o grupo, mas não estamos pleiteando coisas para nossos projetos individuais. A gente quer uma política de fomentação cultural, gerando mais atividades e mais empregos.” (BIANCHINI, 2003).



Em março de 2003, um documento (**repertório**) endereçado ao Governador Luiz Henrique da Silveira, ao Secretário da SOL, Gilmar Knaesel e ao Diretor Geral da Fundação Catarinense de Cultura (FCC) Edson Bush Machado, todos recém-empossados, é assinado por instituições culturais, artistas, técnicos e produtores culturais. Eles apresentam sugestões para a gestão cultural do estado deixando claro que são ideias e propostas resultado de diversos encontros promovidos pelo Fórum de Artistas, Técnicos e Produtores Culturais de Florianópolis.

Carta endereçada ao Governador do Estado de Santa Catarina, Sr. Luiz Henrique da Silveira, ao Secretário de Organização e Lazer, Sr. Gilmar Knaesel, e ao Diretor Geral da Fundação Catarinense de Cultura, Sr. Edson Bush Machado.

Florianópolis, 20 de março de 2003.

Prezados Srs.

As instituições culturais e os artistas, técnicos e produtores culturais que assinam este documento vêm mui respeitosamente apresentar-lhes sugestões para a gestão cultural de nosso Estado. Este documento é resultado de diversos encontros promovidos pelo Fórum de Artistas, Técnicos e Produtores Culturais de Florianópolis, que desde 1998 vem discutindo criticamente a política cultural praticada no Estado e no Município frente às necessidades reais e aos direitos de quem trabalha na produção artístico-cultural da região.

O Fórum é um movimento democrático e não partidário que integra pessoas e instituições que estão à frente da produção nas áreas de teatro, dança, música, letras, cinema, vídeo, artes plásticas e das atividades artísticas populares.

Vimos através desta demonstrar nossa intenção de participar ativamente deste momento em

Neste documento, assinado por 25 entidades da área da cultura. Dentre outras reivindicações, há pedido da restauração da Lei de Incentivo à Cultura de 1998 (SEIC) nos moldes como foi concebida em 1998, excluindo as alterações feitas pela Lei de 2002 que agrega os esportes ao sistema de incentivo à cultura.

Instituição
1. AAPLASC - Associação dos Artistas Plásticos de Santa Catarina
2. ÁPRIKA Produção em Arte
3. AQUI JAZZ Produções e Eventos
4. Associação Cultural ALQUIMÍDIA
5. Associação Cultural CINEMATECA CATARINENSE
6. Associação Cultural PANVISION
7. Associação Filarmônica CAMERATA FLORIANÓPOLIS
8. Associação Profissional de Dança – APRODANÇA
9. CAMELO Produções
10. Cia de Cultura/ Micróbio GravaSons
11. Cia de Dança CENA 11
12. CRAVO DA TERRA
13. Editora LETRAS CONTEMPORÂNEAS
14. ESTÚDIO DE ATORES
15. Federação Catarinense de Teatro – FECATE
16. Grupo EXPRESSÃO SARCÁSTICA
17. Grupo Teatral (E)XPERIÊNCIA SUBTERRÂNEA
18. Oficina de Teatro EDUCARTE
19. O'CTUS Cia. de Atores
20. PÉ DE VENTO Teatro
21. PERSONA Cia de Teatro
22. PONTE CULTURAL Escritório de Produção
23. Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos e Diversões do Estado de SC – SATEDVSC
24. Studio SÉRGIO TASTALDI
25. Teatro JABUTI
26. Teatro SIM... PORQUE NÃO?!!!

A Carta aberta escrita em 2002 com as 306 assinaturas da comunidade cultural é anexada a este documento. Por fim, demonstram a “intenção de participar ativamente deste momento em que um novo governo se estabelece”.

Em junho de 2003 o Fórum de artistas de produtores culturais de Florianópolis se reúne (**repertório**) no Sindicato dos Eletricitários. Conforme consta em ata, fizeram uma avaliação do encontro promovido pela FCC no Teatro Alvares de Carvalho (**oportunidade política**). Ao discutir sobre um Fórum que será promovido pela FCC, refletiram sobre a importância de “definir uma estratégia de participação”. Discutiram sobre a formalização do Fórum, sobre formação de uma “cooperativa de autogestão”. Ainda nesta reunião, decidiram se dividir em grupos de discussão, um deles para tratar de “estudar a possibilidade de uma entidade específica para área de teatro”.

Como resultado dessa reunião, tem-se que cooperativa de gestão não foi criada, mas o grupo do teatro criou, neste mesmo ano, a GESTO - Associação de produtores de teatrais da Grande Florianópolis.

Em 04 de outubro de 2003 o presidente da comissão de educação, cultura e desporto da ALESC, Paulo Eccel, convocou uma audiência pública para discutir política cultural e a lei de incentivo à cultura (**oportunidade política**).

Entre o público, ficou clara a preocupação de artistas e produtores com a necessidade de criação de uma política cultural para o Estado, onde a lei de incentivo deixaria de ser um único mecanismo de apoio e passaria a ser parte integrante de uma série de incentivos. Sugeriu-se a criação de editais para diferentes áreas, o que poderia ajudar a diminuir a demanda por recursos. [...] A lei de incentivo foi alvo de diversas críticas. Muitos presentes reclamaram da falta de clareza nos critérios para escolha dos projetos beneficiados, da concentração nas grandes cidades e até da formação do CEC, que seleciona os projetos e tem oito cargos reservados para entidade e 12 indicados pelo governo. (BUSS, 2003)

A campanha para aumentar para 1% a fatia do orçamento público destinado à cultura – nas esferas federal, estadual e municipal – parece ter sido bem recebida. Paulo Eccel sugeriu uma “pressão sadia” sobre os deputados estaduais, que durante as próximas semanas estarão votando a proposta orçamentária para 2004. Atualmente o orçamento destinado à cultura na esfera estadual é de 0,3%. [...] No encontro foi lançada a campanha que propõe que esse percentual seja de 1%. (BUSS, 2003).



A campanha do 1% do orçamento para a cultura foi uma campanha de nível nacional, mas que nunca chegou a ser uma realidade, inclusive em Santa Catarina.

Em junho de 2004 novamente os atores da cultural se mobilizam para fazer frente a uma ação do Secretário da SOL. Após o CEC já ter realizado pré-seleção dos projetos para obtenção de recursos da Lei de Incentivo à Cultura, o secretário cria nova portaria dando chance aos projetos que foram barrados por falta de documentos (**oportunidade política**). Um pouco mais de 200 projetos estariam nesta situação, enquanto outros 630 tinham encaminhado seus projetos com todos os documentos. Diante disso, entidades culturais encaminharam ao secretário da SOL um documento intitulado *Por onde vai a lei de incentivo à cultura em SC?* (**repertório**) questionando “a mudança, em meio ao processo, dos critérios para recebimento de projetos (BUSS, 2003). Um dos assinantes do documento disse que “Não acho justo e legal editar uma portaria agora alterando um processo já em andamento. Parece claro que é uma manobra para abrir espaço para alguém”. Outra pessoa que assinou o documento afirma que “Existe um descontentamento geral da classe artística. E quem fez tudo de acordo com a portaria original? Parece uma brincadeira, um desrespeito com quem fez tudo corretamente.” A GESTO (Associação de Produtores Teatrais da Grande Florianópolis) enviou em 22 de junho de 2004 um ofício à 30ª Promotoria de Justiça (**repertório**), anexando o documento *Por onde vai a lei de incentivo à cultura em SC*, mostrando sua preocupação com “diversas irregularidades que tem sido cometida pela atual administração executiva estadual, que tem desrespeitado prazos e a própria lei”.

## Por onde vai a Lei de Incentivo à Cultura em SC?

Preocupados com as declarações do Secretário da Organização do Lazer (SOL) no que diz respeito à Lei Estadual de Incentivo à Cultura, entidades representativas de diferentes segmentos da atividade cultural do Estado decidiram trazer a público algumas considerações e questionamentos. Pela avaliação das entidades, os objetivos da Lei de Incentivo estão sendo confundidos e deturpados.

Em matéria publicada no Jornal A Notícia do dia 9 de junho, é anunciada a publicação de uma portaria alterando substancialmente os critérios para recebimento de projetos definidos na portaria 004/FCC de 28 de janeiro de 2004. O grave é que, ao tornar sem efeito a portaria que norteou todo o processo de inscrição e seleção dos projetos junto à Fundação, o Governo anula a decisão do Conselho Estadual de Cultura, que já havia finalizado a seleção dos projetos. A mudança das regras do jogo no meio da partida atropela não só uma lei, mas a credibilidade de todo um processo, colocando em risco tanto a produção cultural do estado quanto a qualidade do que vem sendo aqui executado. Em vista disso, as perguntas que se colocam são:

- 1- Por que não foi publicada no Diário Oficial do Estado, até o dia 7 de junho, a lista dos projetos aprovados pelo Conselho nos dias 18 e 24 de maio, conforme atas de números 512 e 513, como manda a lei (até 60 dias após o encerramento da deflagração do processo)?
- 2- Por que está sendo questionada a decisão do Conselho que, afinal, é soberano e tem entre seus



Em 2005 ocorre talvez a maior manifestação dos atores da cultura contra as ações governamentais catarinenses. É neste ano que o Fórum de artistas e produtores culturais de Florianópolis passa a se chamar Frente em defesa da cultura catarinense (nas próximas linhas, chamarei apenas de Frente).

No início de ano o governador apresentou uma proposta de reforma administrativa (a segunda do governador) que deveria ser aprovada pela ALESC em regime de urgência durante sessão extraordinária em 11 de fevereiro (**oportunidade política**). Nesta proposta, dois itens em especial causaram maior descontentamento por parte da comunidade cultural: cultura sendo definida como uma questão de governo e não de Estado e; a extinção da FCC enquanto órgão da administração direta, já que na

proposta a administração seria feita por Organização Social. Estes dois foram os pontos de maiores conflitos, porém, outras mudanças propostas também foram vistas com maus olhos como: Municipalização do CIC e criação do FUNCULTURAL (estabelecido em outro projeto de lei, mas tramitando junto). Segundo membros da Frente, o projeto do SEITEC, que cria o FUNCULTURAL, bem como o fundo de esporte e turismo, prejudica a cultura, pois esta já possuía um sistema de financiamento próprio (o SEIC, criado em 1998 com participação popular).

A Frente lança, em 29 de janeiro de 2005, um manifesto (**repertório**), assinado por 41 entidades da classe artística catarinense, mostrando sua “indignação pela imposição de um projeto de reforma administrativa que interfere profundamente nos rumos da gestão da cultura no Estado de Santa Catarina”. Após pontuar os pontos conflitantes do projeto, os manifestantes finalizam o documento solicitando abertura de debate e afirmando estarem organizados.

Tendo em vista a gravidade da situação enfrentada em Santa Catarina, solicitamos que se abra um amplo debate sobre as propostas apresentadas e comunicamos que a classe artística catarinense está mobilizada na defesa da cultura e contra qualquer atitude que venha alterar, de forma arbitrária e irreversível, as conquistas e os anseios da sociedade organizada.

Santa Catarina, 29 de janeiro, 2005.

#### **Frente em Defesa da Cultura Catarinense**

*AAPLASC - Associação dos Artistas Plásticos de Santa Catarina*  
*APMUSICA - Associação dos Profissionais de Música de Santa Catarina*  
*APRODANÇA - Associação Profissional de Dança*  
*Associação Brasileira de Criticos de Arte/Regional Sul/Santa Catarina*  
*Cinemateca Catarinense - ABD/SC*  
*FECATE - Federação Catarinense de Teatro*  
*SANTACINE - Sindicato da Indústria Audiovisual de Santa Catarina*  
*Associação dos Realizadores do Audiovisual*  
*Associação Itajaiense de Teatro*  
*FUNCINE - Fundo Municipal de Cinema*  
*Gesto - Associação dos Produtores Teatrais da Grande Florianópolis*  
*Movimento Conversas Culturais*  
*Sociedade Amantes da Leitura*  
*Ágere Produções Culturais*  
*Áprika Produção em Arte*  
*Associação Cultural Alquimidia*  
*Associação Cultural Panvision*

*Cia Carona de Teatro*  
*Cia de Dança Cena 11*  
*Cia E.T.C. i. Tal*  
*Cia Experimentus Teatrais*  
*Cravo da Terra*  
*Editora Letras Contemporâneas*  
*Estúdio de Atores*  
*Fábrica de Atores*  
*Grupo Arrasta Ilha*  
*Grupo de Teatro Dromedário Loquaz*  
*Grupo Expressão Sarcástica*  
*Grupo Teatral (E)xperiência Subterrânea*  
*Grupo Teatral Piliquinha*  
*Kaiowas Grupo de Dança*  
*Legião de Palhaços*  
*O'ctus Cia de Atos*  
*Orth Produções*  
*Pé de Vento Teatro*  
*Persona Cia de Teatro*  
*Ponte Cultural Escritório de Produção*  
*Studio Sérgio Tastaldi*  
*Teatro Jabuti*  
*Teatro Sim... Por Que Não?!!!*  
*Téspis Cia. de Teatro*

Contatos da Frente em Defesa da Cultura Catarinense

email: [forumcultural@floripa.com.br](mailto:forumcultural@floripa.com.br)

Além disso, a Frente distribuiu um panfleto (**repertório**) intitulado *SOS Cultura* em que convidava a população para uma manifestação “festiva-cívico-cultural” chamada Enterro da Cultura, para o dia 31 de janeiro de 2005.

# SOS Cultura



Há dois anos a Cultura em Santa Catarina está mergulhada na mais grave crise de sua história. O Governo Luiz Henrique da Silveira deixou de lançar os editais de apoio à produção, o Prêmio Cinemateca Catarinense, o Salão Victor Meireles, de artes plásticas, o Prêmio Cruz e Sousa, de literatura, etc... Leis deixaram de ser cumpridas e os projetos aprovados pelo Fundo Estadual de Incentivo à Cultura há dois anos não recebem os recursos prometidos. Todas as áreas – música, teatro, dança, literatura, cinema, artes plásticas, artesanato, folclore – estão entregues ao Deus dará.

Um dos principais instrumentos de apoio à produção cultural em Santa Catarina é a Lei Estadual de Incentivo à Cultura, que corre o risco de ser extinta se a reforma administrativa do atual Governo for aprovada pela Assembléia Legislativa. Esta reforma também prevê a extinção da Fundação Catarinense de Cultura e o não pagamento das dívidas atrasadas dos editais e do Fundo. Sem nenhuma consulta às entidades de classe do setor, o Governo Luiz Henrique impõe sua reforma de maneira arbitrária e antidemocrática. Estão em jogo a vida e o trabalho de milhares de artistas e produtores culturais, o emprego de centenas de funcionários públicos do setor e o funcionamento de instituições culturais que fazem parte da história desse Estado.

A reforma propõe a criação da Secretaria de Cultura, Turismo e Esporte. Outra vez a Cultura é humilhada como um item a mais, vista sempre como lazer. Esta reforma reforça que as três áreas devem servir única e exclusivamente para a promoção do lazer, e isto a sociedade não pode aceitar. Um povo sem cultura não saberá usar seu tempo livre a favor de seu desenvolvimento. Cultura é a representação da identidade de um povo. Cultura é mercado, também, geradora de empregos e divisas para o Estado.

Aliás, Cultura tem que ser uma questão de Estado e não de Governo, como sugere a reforma administrativa.

A Cultura merece ser tratada com todo respeito e com uma política de ação cultural séria!

A classe artística está formando a **FRENTE EM DEFESA DA CULTURA CATARINENSE** para discutir a reforma administrativa.

**Participe desse movimento cultural!**

## A HORA É AGORA! TODOS JUNTOS EM PROL DA NOSSA CULTURA!!!

A FRENTE EM DEFESA DA CULTURA CATARINENSE propõe:

- discutir e esclarecer a reforma com todos os deputados estaduais e representantes do Governo, exigindo a retirada imediata dos itens que afetam a Cultura do pacote de votação previsto para o início de fevereiro;
- a criação de uma Secretaria Estadual de Cultura;
- cumprimento das leis culturais (incluindo pagamento de dívidas pelo Estado) que não foram cumpridas pelo Governo desde o início do mandato;
- tratamento adequado à produção cultural do Estado como fonte de emprego e renda;
- elaboração e execução de uma política pública séria para o setor, que contemple e respeite as diferenças regionais, as conquistas até o momento (como a Lei Estadual de Incentivo à Cultura), que acima de tudo seja resultado de uma ampla e democrática consulta a todos os segmentos da Cultura e à própria sociedade catarinense.

### VENHA PARA FRENTE EM DEFESA DA NOSSA CULTURA!

Traga sua voz e sua arte para o <b>Enterro da Cultura</b> , manifestação festiva-cívico-cultural:	<b>Audiência Pública da Cultura</b>
<b>Segunda • 31 de janeiro • 12 horas</b>	<b>Quarta • 02 de fevereiro • 14 horas</b>
Saída do vão do Mercado Público em direção à Assembléia Legislativa.	Local: Assembléia Legislativa

**Venha vestido de preto com adere os coloridos, apito, instrumentos musicais, buzina, faixas, cartazes, bonecos e tudo o que a sua criatividade possibilitar.**



**ESTÁ NA HORA DE MOSTRAR QUE POLÍTICA PODE SER FEITA COM ARTE!**

A manifestação do dia 31 de janeiro talvez tenha sido a maior manifestação do setor cultural em SC. Neste dia, centenas de pessoas (cerca de 400 segundo os organizadores do evento) foram às ruas protestar (**repertório**). A motivação principal é a discussão da reforma administrativa, cuja proposta, como já pontuado acima, interfere na gestão cultural do estado. No entanto, vê-se pelo panfleto que as reivindicações superam esse enfoque, buscando ampliar o debate.

A manifestação se concretizou através de uma passeata que foi do Mercado Público em direção à Assembleia Legislativa. Eles vestiam roupas pretas, seguraram um caixão preto, representando o luto pela cultura, apitos e narizes de palhaço, além de apresentar cartazes e faixas (**repertório**). O grupo também entoava uma música composta para o evento, com o refrão “Vem, tá cheio de mico em Santa Catarina”. (**repertório**).

O evento foi noticiado nos principais jornais no dia seguinte, sendo capa no jornal de maior circulação de Santa Catarina. O assunto ainda continuou na pauta dos jornais nos dias posteriores.



No panfleto *SOS Cultura* havia também o convite para participar de audiência pública que ocorreria em 02 de fevereiro de 2005 na Assembleia Legislativa (**oportunidade política**). Muitas pessoas ligadas à área cultural estiveram presentes nesta audiência. Um escritor e cineasta que esteve representando a Frente afirmou que:

Há mais de dez anos todas essas pessoas que estão aqui protestando contra a forma de apresentação dessa reforma, e que são em muito maior número do que aqueles que idealizaram a reforma se reúnem para debater o ideal de política pública para a cultura. E depois de tanto debate uma proposta foi

redigida; talvez ela não seja a ideal, mas ao menos ela foi exaustivamente e sem nenhuma pressa discutida. Além do mais, essa proposta foi lida aqui mesmo nesta Casa, foi lida num fórum de cultura promovido pela agonizante Fundação Catarinense de Cultura, foi lida na Câmara de Vereadores de Florianópolis, enfim, foi entregue a todos os Prefeitos e governos que estão aí e aos que já passaram. Prova de que, como gostava de repetir Goethe, a arte é longa e a vida é breve, e mais breve ainda são os governos. E justamente pela brevidade dos governos é que concluímos que a gestão pública da cultura seja questão legal e de Estado, jamais e em hipótese alguma de Governo, como está configurada essa proposta deste atual Governo.

A pasta da cultura sendo considerada uma questão de governo e não de Estado foi um dos principais pontos de conflito da reforma. Além disso, ele questionou o fato de as decisões sobre a gestão cultural estarem sendo feitas por pessoas que não fazem parte da arena da cultura.

Por que então, perguntamos, as pessoas que pensaram essa reforma, crentes que são iluminadas, mas que nunca pisaram num palco, nunca escreveram um livro, nunca dançaram e nunca fizeram um filme (*palmas*) (**repertório**) e que ignoram, ao que parece, que a indústria cultural é o terceiro movimento econômico do mundo e que do PIB brasileiro 10% é movido pela indústria cultural, não perguntaram para nós, que fazemos tudo isso, qual a política pública que sonhamos!?

Percebe-se que este questionamento, do porquê das decisões sobre as políticas culturais catarinenses serem feitas sem a participação de quem conhece o assunto, é feito frequentemente em vários dos documentos produzidos pelos atores da cultura.

Após todas essas reivindicações e protestos do setor cultural, o governo recuou em algumas de suas propostas e aprovou outras. A FCC não foi extinta nem passou a ser Organização Social; O CIC não foi alienado para o município de Florianópolis, permanecendo como responsabilidade do estado. Das propostas do governo que foram referendadas está: a criação da Secretaria de Cultura, Turismo e Esporte, que continua com a sigla SOL (em 2007 passa a se chamar “Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte”). O SEIC é extinto, em seu lugar é criado o SEITEC – Sistema de Incentivo ao Turismo Esporte e Cultura. No âmbito do SEITEC é criada a Funcultural, juntamente com os Fundos das outras duas pastas da Secretaria.

Uma das críticas que foi feita ao SEITEC é primeiramente o fato de revogar o SEIC (que tratava inicialmente apenas da cultura, em 2002 passou a integrar o esporte e com o SEITEC, a cultura). Para eles, a nova proposta não define o percentual que seria direcionada para cada uma das três áreas. Além disso, eles reclamam da administração do fundo. No SEIC havia a EXAC (Executiva de Apoio à Cultura) que era um órgão técnico, composto por servidores da FCC e da SEF (Secretaria da Fazenda), que analisava os projetos “em seu aspecto formal de preenchimento, compatibilidade de custos orçamentários com os valores de mercado, verificação de débitos do produtor para com a Fazenda Pública Estadual, bem como da legalidade e autenticidade dos documentos acostados.” (SANTA CATARINA, 1998). Segundo o manifesto da Frente, a EXAC servia para minimizar a ingerência política. Após analisar tecnicamente os projetos, a EXAC encaminhava para análise de mérito a ser feito pelo CEC. Já no SEITEC os projetos deveriam passar primeiro por um pré-seleção nas secretarias regionais, e depois enviados ao CEC. Após análise do CEC, os projetos só seriam aprovados com a decisão do então criado Comitê Gestor (que teriam como membros: o secretário da Sol, secretário da FCC e um representante da sociedade civil (membro do CEC). Para a Frente, esse formato cria uma gestão totalmente política. Pois o SEITEC iria somente “corroborar com as ilegalidades ocorridas nas últimas edições da Lei Estadual de Incentivo à Cultura, quando prevaleceram decisões políticas”. Ou como afirma diretor de Audiovisual Chico Caprario “A criação de um comitê gestor formado por 3 membros do conselho é uma aberração democrática, uma arbitrariedade administrativa e de uma traição enauseante. Isto permitirá, finalmente, que projetos “aprovados” pelo governador possam ser aprovados dentro do conselho.” (PANAROTTO, 2006). Como será visto a seguir, o SEITEC continuou sendo alvo de insatisfação por parte dos atores culturais em Santa Catarina.

No ano de 2006 as preocupações do ano anterior relativas ao SEITEC mostraram-se premonitórias, num episódio que vamos chamar “caso Vera Fischer”. Neste ano, cerca de mil projetos culturais foram submetidos por agentes da cultura visando captação de recursos pelo FUNCULTURAL, conforme a legislação do SEITEC. No entanto, o setor cultural mostrou-se descontente com a autorização para captação de 500 mil reais para a peça “porcelana fina” da atriz Vera Fisher. Este teria sido um dos projetos de valor mais elevado dentre os 320 aprovados em 2006 pelo FUNCULTURAL. Além disso, os atores da cultura protestaram contra essa aprovação

pois, segundo a lei do SEITEC, para captar recursos o proponente precisa ser morador do estado de Santa Catarina, o que não seria a realidade de Vera Fischer, constatado depois pelo Tribunal de Conta do Estado.

Com esse episódio, duas entidades ligadas à Frente, Gesto e Aprodança divulgaram nota protestando contra distorções do SEITEC (**repertório**). As duas entidades encaminharam o documento à Assembleia Legislativa e com outros grupos de artistas já foram ao Ministério Público de Santa Catarina (**repertório**). Após essas denúncias, o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina abre processo em 2012 para tratar do assunto: Tomada de Contas Especial de recursos repassados a Vera Fischer para realização do projeto “Porcelana Fina”. Em 2015 o TCE condena Vera Fischer ao recolhimento da quantia de R\$300.000,00 devido a

Apresentação de prestação de contas fora do prazo regulamentar, ausência de comprovação da realização do projeto na forma proposta quando da assinatura do contrato de repasse financeiro e apresentação de documentação incompleta e inadequada para comprovação da boa e regular aplicação dos recursos públicos (SANTA CATARINA, 2016).

O caso Vera Fischer foi o estopim das queixas sobre o SEITEC, conforme apontam os diretores Cláudia Cárdenas e Rafael Schlichting “O caso que recentemente mais mobilizou o grupo de artistas catarinenses foi o da concessão de verbas públicas ao projeto de Vera Fischer que não reside no estado, quando uma das condições a concorrer era exatamente esta.” (PANAROTTO, 2006).

Esse caso, juntamente com a série de insatisfações que os atores da área da cultura já vinham tendo, conforme relatados nos anos anteriores, motivou atores da área do audiovisual a produzir um filme constituído de 10 curtas-metragens, chamado *Matou o cinema e foi ao governador* (**repertório**). O filme foi feito em 40 dias, de maneira totalmente independente, envolvendo 60 profissionais para todas as produções. Segundo Marco Martins, que lançou a ideia do filme, o objetivo era “simbolicamente matar o Governador. Tirá-lo do caminho” (PANAROTTO, 2006).

Ele explica como aconteceu:

Reunimos uma galera que estava P da vida com toda essa palhaçada, que possui senso-crítico e criatividade e que topou o lance de fazer o filme sem

grana nenhuma. O filme teve um custo que saiu do bolso dos realizadores. Não tivemos o apoio de nenhuma lei de incentivo, de nenhum partido e de nenhum sindicato. É independente na veia. (PANAROTTO, 2006)··.



A produção do filme *Matou o cinema e foi ao governador* integra os repertórios de ação dos atores da área da cultura.

Em 2007, após ter sido reeleito em 2006, tomou posse o governador Luiz Henrique da Silveira, com a promessa de que iriam retomar todos os editais previstos por lei, e que a FCC seria o órgão executor dos projetos, enquanto a SOL ficaria com o planejamento junto ao CEC.

Já no início do ano, em fevereiro de 2007, estava tramitando na ALESC o projeto de lei complementar 00018/2007 que dispunha sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da administração pública estadual, na visão de alguns atores da cultura, tratava-se da “terceira reforma administrativa”. Em artigo de jornal, o escritor Amilcar Neves expõe a sua opinião sobre as mudanças, sobretudo para a cultura:

O governador do Estado, reeleito, adora brincar de fazer reformas, desmontando e remontando a máquina pública só para ver como é que fica. Decerto que mexe em muitas coisas, mas a cultura é seu alvo predileto, o passatempo a que se dedica desmanchando-a e demolindo-a sistematicamente

para testar sua capacidade de sobrevivência e a resistência daqueles que, aqui, se empenham em preservá-la e exercitá-la.

Na reforma deste ano, o governador propõe desresponsabilizar o Estado frente aos cuidados da Biblioteca Pública, o Teatro Álvaro de Carvalho, e dois museus, conforme consta no art. 189.

Art. 189. Fica o Estado de Santa Catarina autorizado a alienar aos respectivos Municípios, ou a promover a cogestão, ou a cessão de uso, com entidades não governamentais afins, o Teatro Álvaro de Carvalho - TAC, a Casa dos Açores - Museu Etnográfico, a Casa de Campo do Governador Hercílio Luz, a Biblioteca Pública Estadual.

Nesta proposta a Biblioteca Pública e o Teatro Álvaro de Carvalho seriam alienados ao município de Florianópolis, assim como o Museu Etnográfico ao município de Biguaçu e a Casa de Campo do Governado Hercílio Luz ao município de Rancho Queimado. Outra opção, conforme o artigo, seria a cessão de uso a entidades não governamentais. Segundo apareceu nos jornais locais, nenhum dos prefeitos destes municípios foi consultado, ou pelo menos não houve manifestação pública quanto ao interesse deles pela municipalização destes equipamentos culturais. Diante de tal situação, diversas manifestações foram feitas para fazer frente a tal proposta, buscando revertê-la. A Associação Amigos da Biblioteca se reuniu em assembleia extraordinária para discutir ações que pudessem evitar a aprovação do projeto. Neste sentido, uma comitiva de intelectuais foi a Assembleia legislativa (**repertório**) defender a não aprovação do artigo 189 do projeto de lei. Um grupo de pessoas também esteve presente na audiência pública (**oportunidade política**) convocada pela Comissão de Constituição e Justiça para tratar da reforma proposta pelo Executivo. Nesta ocasião, o líder do governo e relator do projeto de lei confidenciou (**oportunidade política**), no final da audiência, que teve uma conversa com o governador, e que o mesmo argumentou “se a biblioteca de Joinville é municipal, por que a biblioteca de Florianópolis tem que ser estadual?”. Para os defensores da Biblioteca, se este seria o argumento para alienação, ele é falso (já que Florianópolis já tem uma biblioteca municipal, e a biblioteca pública do Estado estaria tão somente localizada no município, capital do estado), logo “a solução decente é manter as coisas do jeito que estão hoje”. Foi intensa a defesa contra a alienação da biblioteca pública, foram pelo menos 19 manifestações em jornais (**repertório**), inclusive manifestações de pessoas de outros estados solidarizando-se com os atores culturais que aqui resistiam. A Frente protocolou na ALESC uma proposta de supressão do artigo 198, assinado por 62 grupos (**repertório**). Toda esta pressão fez o governo recuar, aprovando a lei complementar nº284 de 2007 suprimindo o artigo 198 que tratava da alienação da biblioteca e demais equipamento culturais do estado. Longe de festejar a vitória, Amílcar Neves ressalta a “parte triste desta história”. A Biblioteca Pública foi instalada em 1854, o Teatro Álvaro de Carvalho foi utilizado em 1871, pois o triste dessa história “é que estamos brigando para manter vivo o que já existia aqui no século XIX, ao invés de estarmos discutindo o que deverá chegar ao século 22”. Para ele e outros representantes da classe artística e

cultural, a energia em mobilização vem sendo utilizada para tentar frear o desmantelamento da cultura, ao invés da luta pelo seu melhoramento.

No último trimestre de 2007, mais uma vez a classe artístico-cultural se mobiliza para fazer frente a decisões governamentais sobre a lei de incentivo. O governador vinha fazendo, desde 2005, alterações da lei do SEITEC através de decretos. Mas o decreto nº 406 de 2007 (**oportunidade política**) causou especial furor. Quando um projeto cultural é aprovado pelo FUNCULTURAL, o proponente do projeto teria que ir até empresas captar recursos. Com a nova proposta, ao aceitarem o repasse dos recursos a um projeto cultural, as empresas teria eu repassar 2/3 do valor do projeto para o fundo. Assim, ao apoiar um projeto de R\$100 mil por exemplo, a empresa precisaria repassar R\$166,66 mil, sendo R\$100 mil para o projeto e R\$66,66 mil para o fundo. O valor recolhido para o fundo seria então usado não só para projetos de interesse do governo, como para manutenção das estruturas de cultura, como FCC, e a própria SOL. Este decreto motivou mais de 70 artistas, produtores, cineastas e diretores de associações a assinarem um “manifesto furiosos” onde criticam duramente as políticas públicas culturais (**repertório**). Eles também decidem por formar uma comissão para estudar e debater a formulação de uma nova lei. O diretor do SEITEC, Gerson Hülbert, por sua vez diz que “o protesto está sendo mobilizado por ‘intermediários’ e ‘sanguessugas’ que não podem mais agenciar projetos. Nós dificultamos o trabalho de um agente pernicioso ao processo, que são os famosos captadores de recursos públicos, os agenciadores de projetos.”. Essa declaração deixa a comunidade cultural ainda mais revoltada. Uma cineasta sugere uma manifestação: “Que tal [...]mais um longa coletivo? Desta vez sugiro um tema de filme de terror, com vampiros, sanguessugas, invasores de corpos, mefistos e gárgulas.”. O longa não foi realizado, e o decreto foi aprovado, apesar das manifestações contrárias da classe artística e cultural.

Em 2008 parece não ter havido manifestações da classe artística e cultural frente às políticas públicas do Estado, embora boa parte das pessoas mais ativa tenha feito reivindicações direcionadas ao governo municipal de Florianópolis. Neste ano também houve a morte da então Presidente da Fundação Catarinense de Cultura, a professora Elizabete Anderle. Ela faleceu aos 60 anos vítima de câncer. Em seu lugar assumiu a empresária e assistente social, Anita Pires.

---

A reconstituição destes 10 anos de história de mobilização poderia ter sido feita por meios de muitas teorias da sociologia ou se outras áreas. Optamos por usar a lente da teoria do confronto político, encabeçada por um grande defensor da sociologia história, Charles Tilly. Defendemos que analisar mobilizações de movimentos e lutas sociais através desta teoria contribui para amalgamar elementos que podem ajudar a compreender a sua organização.

No quadro a seguir, resumimos as oportunidades políticas e as maneiras de fazer política que compreendem o repertório do período relatado.

<b>ano</b>	<b>Oportunidades políticas</b>	<b>Formas de ação que compreende o repertório</b>	<b>Resultado</b>
<b>1998</b>	Criação do SEIC	Criação do Fórum	
<b>2002</b>	Aprovação de lei que altera SEIC, incluindo esporte	Manifesto escrito e Carta aberta à população com 306 assinaturas de apoio.	Esporte foi incluído
<b>2003</b>	Criação da SOL	Reunião de seis membros do Fórum com diretor da FCC	Sol é criada
		Documento assinado por 25 entidades anexando a carta escrita em 2002.	
	Fórum (evento) promovido pela FCC	Reunião interna do Fórum de artistas e produtores culturais de Florianópolis	
	Audiência pública	Discurso	
Palmas e manifestações similares feitas na galeria do auditório			
		Lançamento da campanha por 1% para cultura	
<b>2004</b>	Portaria beneficiando projetos desclassificados	Documento “Por onde vai a lei do incentivo?” encaminhado ao Secretário da Sol	
<b>2005</b>	Reforma administrativa: extinção FCC, cultura como assunto de governo e não de estado; criação do SEITEC	Manifesto da Frente assinado através de 41 entidades da classe artística catarinense.	- FCC não foi extinta - Cultura continuou como assunto de governo - SEITEC foi criado
		Distribuição do panfleto intitulado SOS Cultura	
	Manifestação “Festiva-cívico-cultural, com a passeata “Enterro da Cultura”. Vestindo roupas pretas, segurando caixão preto, representando o luto pela cultura, apitos e narizes de palhaço, além de apresentar cartazes e faixas. O grupo também entoava uma música composta para o evento, com o refrão “Vem, tá cheio de mico em Santa Catarina”		
	Audiência Pública	Discurso e demais manifestações similares feitas na galeria do auditório	
<b>2006</b>	Caso Vera Fischer	Denúncia encaminhada à Assembleia Legislativa e ao Ministério Público	TCE condena Vera Fisher ao pagamento.
		Realização do filme “Matou o cinema e foi ao governador”	
<b>2007</b>	Reforma administrativa: Alienação da Biblioteca Pública do Estado; do Teatro Álvaro de Carvalho; do	Comitativa de intelectuais em reunião na Alesc. Texto-Manifesto da Frente assinado por 62 grupos da classe artística e cultural.	Não houve as alienações

Museu Etnográfico; da Casa de Campo do Governador Hercílio Luz.		
Audiência Pública	Discurso e demais manifestações similares feitas na galeria do auditório	
Confidência do líder do governo sobre fala do governador	Manifestos em jornal.	
Decreto mudando as regras do FUNCULTURAL	Texto-manifesto “furioso” de mais de 70 artistas, produtores, cineastas e diretores de associações	Decreto aprovado com as mudanças

O quadro acima traz um resumo das oportunidades políticas percebidas pelos atores e as ações tomadas. Podemos observar que a quase totalidades das oportunidades políticas, são oportunidades para protestos, tratam-se na verdade de ameaças que acabam se tornando deflagradoras do confronto (TARROW, 2009). Ou seja, com exceção de 1998, ano em que teve origem o Fórum de Artistas e Produtores de Florianópolis, por ocasião da criação do Sistema Estadual de Incentivo para Cultura (SEIC), todos os outros anos as mobilizações foram feitas devido à ameaça de uma perda. Mas não se trata da concepção de Tversky (1988 apud TARROW, 2009) de ganhos e perdas futuras num ponto de referencia de um indivíduo. Por se tratar da área da cultura, os atores da área parecem ficar particularmente sensibilizados, mesmo que a ameaça não lhe causasse uma perda diretamente. Por exemplo, no caso da tentativa de alienação da Biblioteca Pública do Estado, as manifestações não foram feitas apenas por bibliotecários, que eram os maiores interessados. Assim como os manifestantes contra a extinção da FCC não foram apenas os servidores, pois que, na verdade, mobilizou atores de diversos segmentos da classe artístico-cultural. Assim, com exceção de 1998, todas as outras oportunidades políticas podem assim ser chamadas apenas por se tratar de uma oportunidade de mobilização. Porque as mobilizações que ocorreram giraram em torno de ameaças políticas, de perdas do que já tinham. Isso fica claro também na fala do escritor Amilcar Neves

O triste dessa história [...] é que a luta contra a decisão insana do governo do Estado não é um pleito por melhorias e aperfeiçoamentos ou pela liberação dos recursos devidos à Cultura, sistematicamente retidos, bloqueados e confiscados

– senão que uma luta desesperada para preservar o pouco que restou para a cultura desde a última reforma administrativa.

As formas de ação para fazer frente à oportunidade percebida compreende o repertório de ação da classe artística e cultural para participar e intervir nas políticas culturais em Santa Catarina de 1998 a 2008. No quadro a seguir resumimos o repertório de ação separados em categoria<sup>2</sup> e ano.

Na categoria de *ação institucional* são usadas estratégias de petição (representação; ofício aos poderes executivo, legislativo e judiciário); ação judicial; Discursos no parlamento.

A categoria *Manifestação pública em espaço fechado* refere-se às conferências, assembleia, audiência pública; reuniões, reuniões populares; evento artístico (concerto, peça de teatro, exposição).

Na categoria *Manifestação pública em espaço aberto* tem-se as passeatas, desfiles, marcha, paradas, caravanas.

A categoria de *ação simbólica* constitui-se de ação artística (artes visuais, hino, teatros, encenações).

<b>Tipo</b>	<b>Formas de ação que compreende o repertório</b>	<b>Anos</b>
<b>Ação de difusão</b>	- <i>Arregimentação</i> : Criação do Fórum e da Frente em Defesa da Cultura Catarinense;  - <i>Proselitismo</i> : Manifesto escrito e Carta aberta à população com 306 assinaturas de apoio; Lançamento da campanha por 1% para cultura; Manifesto da Frente assinado através de 41 entidades da classe artística catarinense. Distribuição do panfleto intitulado SOS Cultura	1998; 2005. 2002; 2005; 2007.
<b>Ação institucional</b>	- Documento assinado por 25 entidades anexando a carta escrita em 2002 - Discurso em audiência pública; - Reunião de seis membros do Fórum com diretor da FCC; - Documento “Por onde vai a lei do incentivo?” encaminhado ao Secretário da Sol - Denúncia encaminhada à Assembleia Legislativa e ao Ministério Público	2003; 2004; 2005; 2006; 2007.
<b>Manifestação Pública em</b>	- Reunião interna do Fórum de artistas e produtores culturais de Florianópolis;	2003; 2005;

<sup>2</sup> Essas categorias são baseadas em Alonso (2015)

<b>espaço fechado</b>	- Palmas e manifestações similares feitas na galeria do auditório	2007.
<b>Manifestação Pública em espaço aberto</b>	- Manifestação “Festiva-cívico-cultural, com a passeata “Enterro da Cultura”.	2005.
<b>Ação simbólica</b>	- <i>Ação artística</i> : encenação “enterro da cultura”, vestindo roupas pretas, segurando caixão preto, representando o luto pela cultura, apitos e narizes de palhaço, além de apresentar cartazes e faixas. O grupo também entoava uma música composta para o evento, com o refrão “Vem, tá cheio de mico em Santa Catarina”; Realização do filme “Matou o cinema e foi ao governador”.	2005; 2006

Primeiramente cumpre destacar que se trata de um repertório integralmente sem violência. Assim, podemos afirmar que o confronto político da classe artística e cultural em SC nos anos 1998 e 2008 se deu a partir de reivindicações com base na súplica e petições. Mesmo em 2005, quando houve a passeata do “enterro da cultura”, não houve atos violentos, como depredações ou enfrentamento com a polícia. Chama a atenção no entanto que apenas em 2005 houve manifestação pública em espaço aberto, e apenas 2005 e 2006 utilizou-se de ação artística enquanto categoria de ação simbólica, mesmo tratando-se de mobilizações da classe artística e cultural.

Com a ajuda do quadro 1, percebemos também que a maioria das reivindicações não foram atendidas. Na verdade, uma vez que as reivindicações foram tentativas de manter as coisas como estão, evitando as mudanças propostas pelo governo, as ações frente às ameaças não surtiram o efeito desejado, na maioria dos casos, o governo manteve sua proposta inicial. No entanto, mudanças bastante significativas foram evitadas, como o caso da extinção da FCC em 2005 e alienação da biblioteca pública e outros três equipamentos culturais em 2007.

Cabe observar que não é o foco da teoria do confronto político identificar repertórios de maiores ou menores sucessos. Não faz parte da proposta da teoria dizer que uma ação de difusão seria mais efetiva que uma ação simbólica por exemplo. Pois, como falado nas seções anteriores, a teoria baseia-se no realismo relacional. A leitura que ela faz do confronto político parte do pressuposto de que os eventos das lutas sociais tem natureza interativa (TARROW, 2009). Assim, a análise deve ser feita conforme seu contexto.

## **Conclusão**

Pesquisadores da área de organizações que buscam um olhar alternativo as teoria dominantes sobre organização tem buscado fontes teóricas também alternativas. Estes novos olhares teóricos são em geral numa perspectiva crítica. Critica-se sobretudo a tentativa dominante de que existe uma única forma de organizar, a forma burocrática gerencialista. No entanto, ao verificar atores sociais de organizando para diversas finalidades, percebe-se que não estão se organizando do modo preconizado. Para estes, estes atores sociais seriam “desorganizados”. Mas o significado de organização está em disputa. Nossa visão é de que há diversos modos de organizar, para analisá-los é possível partir de diversas correntes teóricas. Ao verificar a mobilização da classe artística e cultural em SC percebemos que suas atividades políticas giravam em torno de reivindicações frente ao governo. Assim, para observar essas reivindicações ao longo de 10 anos de mobilizações da classe, optamos pela utilização da teoria do confronto político. O pressuposto relacional desta teoria nos permitiu ir a campo com uma perspectiva das interações. Isso nos auxiliou inclusive na coleta de dados, buscando fontes diversas fornecendo um conhecimento mais amplo do confronto político, posto que são relacionais.

A teoria do confronto político nos auxilia olhar para o confronto em questão partindo das análises das oportunidades políticas e do repertório de ação. A Classe artística e cultural de SC agiu a partir das oportunidades percebidas, ainda que se tratasse sobretudo de oportunidade para mobilização, já que os eventos ocorridos eram na verdade ameaças políticas, e que se não agissem haveria perdas. Mesmo que essas perdas não necessariamente seriam individuais, mas coletivas – perdas para a cultura catarinense. A partir da reconstituição dessa histórica de confronto, através da observação das oportunidades políticas e do repertório de ação utilizado, o pesquisador da área de organizações poderá então analisar como se deu a organização para o confronto.

## Referências

ALONSO, A; GUIMARÃES. Entrevista com Charles Tilly. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 16, n. 2. 2004.

\_\_\_\_\_. Homenagem a Charles Tilly (1929-2008). **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 20, n. 1. 2008.

\_\_\_\_\_. Repertório, segundo Charles Tilly: História de um conceito. **sociologia&antropologia**. v.02.03: 21-41. 2012.

\_\_\_\_\_. **Flores, votos e balas**: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88). São Paulo: Companhia das Letras. 2015.

\_\_\_\_\_. Estado, Direito e Movimentos Sociais: Teorias e Casos. (2h17m) Vídeo de aula inaugural do Programa de Mestrado Acadêmico da FGV. São Paulo. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=o3AK5Nbjxqo>. Acesso em: set/2017.

BIANCHINI, F. Um diálogo aberto com o poder. **Diário Catarinense**. Florianópolis Caderno Variedades. 2003.

BRINGEL, B. Com, contra e para além de Charles Tilly: mudanças teóricas no estudo das ações coletivas e dos movimentos sociais. **Sociologia & Antropologia**. v.02.03: 43-67, 2012.

GOHN, M. G. (1997). **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Ed. Loyola.

\_\_\_\_\_. (2014) **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Ed. Loyola.

MACDAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C. Para mapear o confronto político. **Lua Nova**, São Paulo, 76: 11-48, 2009.

OLIVEIRA, Rafael Pereira. **Políticas culturais e o campo museal em Santa Catarina (1987-2006)**. 2007. 169 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós Graduação em Administração, Departamento de Ciências da Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

PANAROTTO, Demétrio. Matou o cinema e foi ao governador. Overmundo. Florianópolis: 2006.<<http://www.overmundo.com.br/overblog/matou-o-cinema-e-foiao-governador>>. Acesso em 28 mar 2013.

SANTA CATARINA. Tribunal de Contas do Estado. **Processo** nº: REC-15/00569400. Unidade gestora: Fundo Estadual de Incentivo à Cultura – FUNCULTURAL.

Responsável: Vera Fischer. Assunto: Recurso de Reconsideração da Decisão exarada no processo TCE-11/00303623. 2016.

SANTA CATARINA. Decreto nº 3.604 de 23 de dezembro de 1998. Disponível em: <http://www.pge.sc.gov.br/index.php/legislacao-estadual-pge>. Acesso em: mar. 2018.

TARROW, Sidney (2008). Charles Tilly and the Practice of Contentious Politics, **Social Movement Studies: Journal of Social, Cultural and Political Protest**, 7:3, 225-246

\_\_\_\_\_ (2009). **Poder em Movimento: Movimentos Sociais e Confronto Político**. Petrópolis, Vozes.

TILLY, C (2010). Movimentos sociais como política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 3. Brasília, p. 133-160.